

Sra. Presidente, nós precisamos ter memória para recuperar aquilo que este governo tem feito de bom para a população brasileira. Quando falamos em direitos humanos, digo que é um orgulho participarmos deste governo. Trata-se de um governo inclusivo, que potencializou, priorizou e respeitou as minorias - negros, homossexuais e mulheres -, criando, inclusive, uma secretaria especial de políticas para as mulheres, para os negros e para todas as minorias, discutindo políticas públicas e colocando investimentos preciosos.

Afinal, não se faz políticas públicas sem investimentos. Não se faz política pública se não houver recursos. Tais recursos atenderam as demandas de uma população que vinha sendo reprimida por muitas e muitas décadas e que apenas no governo do PT conseguiu ter um espaço adequado para recuperar essa dignidade que já estava quase perdida. Tudo isso precisa ser posto na mesa.

Da mesma forma, o governo do estado de São Paulo precisa dar transparência a seus atos. O governo Alckmin não dá. Gostaria de citar que a revista Istoé, nesta semana...

Aliás, a revista Istoé é uma grande bobagem; nada mais é do que uma revista que tem estimulado a misoginia e o sexismo. A presidente Dilma foi frontalmente agredida por esta revista, que é machista. Quero deixar claro o meu repúdio à revista Istoé, porque é uma revista que destratou, de forma desleal e machista, a principal autoridade deste País, a presidente Dilma Rousseff, pelo fato de ser mulher. Se fosse um homem, certamente, isso não teria acontecido, não com os adjetivos que foram utilizados na matéria da Istoé.

Quero me referir à revista Carta Capital, que traz na edição desta semana o problema do transporte escolar. Existe um inquérito no estado de São Paulo para investigar os desvios do transporte escolar. Sra. Presidente, temos que investigar o transporte escolar e os problemas da merenda escolar. Em muitas cidades, estão servindo biscoito com suco. Saiu a comida, desapareceram os alimentos, desapareceram o arroz, o feijão e a carne, os quais são fundamentais para o processo de crescimento e desenvolvimento das nossas crianças.

O governo precisa explicar os problemas históricos em relação ao superafaturamento do Metrô e da CPTM. São questões que também precisam ser observadas pelos tucanos. Eles precisam fazer disso um livro aberto. É isso que iremos cobrar. Não iremos aceitar que o nosso governo seja vilipendiado nesta Casa. Muito pelo contrário, vamos nos tratar com respeito, porque, da mesma forma que há problemas no governo federal, há problemas no Governo do Estado.

Portanto, vamos resolver os problemas daqui, porque somos responsáveis pelo estado de São Paulo. Somos deputados estaduais e temos a obrigação de fiscalizar e encontrar alternativas e rumos para o Governo do Estado que, muitas vezes, mostra-se perdido, escondendo embaixo do tapete os problemas que são denunciados não só nesta Casa, mas por uma imprensa responsável que ainda nos resta.

Sra. Presidente, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Cauê Macris, pelo tempo regimental.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, assomo à tribuna hoje para falar sobre a manutenção do veto feito pelo governador Geraldo Alckmin ao PLC nº 49, de 2015, que foi votado nesta Casa por todos nós deputados, no ano passado.

O projeto foi costurado com todas as lideranças da Casa. Nós tivemos a felicidade de aprovar esse projeto e, mais do que isso, a felicidade de conseguir construir um acordo entre o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e todos os órgãos envolvidos no processo de Justiça, para poder garantir a aprovação desse projeto via uma emenda aglutinativa, que foi apresentada pelos líderes desta Casa no dia da votação.

Esse projeto atendeu 95% dos pleitos que foram apresentados pelo Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público e pelas demais instituições, e algumas coisas foram incluídas também no escopo do projeto, como, por exemplo, a criação de duas novas varas para o Tribunal de Justiça, que foram vetadas pelo governador Geraldo Alckmin. É exatamente este veto que estamos discutindo hoje.

Entendemos e compreendemos - e o Judiciário de São Paulo tem trazido à tona - as dificuldades que os fóruns têm enfrentado pela quantidade de demanda de processos judiciais. Todos os deputados têm constantemente conversado e trazido à tona a carga que os juizes têm tido em relação aos projetos como um todo.

Agora, é importante ressaltar duas coisas. A primeira delas é a dificuldade financeira que não o Tribunal de Justiça, mas o nosso País vem vivendo. Essa dificuldade é muito clara e notória, uma vez que a economia do País passa por uma das maiores crises, e porque não dizer, talvez a maior crise, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

E fica muito clara em todos os entes federados, municípios, estados e no próprio governo federal, a dificuldade financeira que tem se atravessado. Quando nós colocamos em um projeto que tinha outro escopo, que era a questão da distribuição de custas judiciárias, a criação de duas novas varas, essa criação fica, primeiro, fora de contexto.

É um projeto que não permitia isso, naquele momento, podendo gerar até inconstitucionalidade, havendo inclusive recursos no processo judiciário a respeito de inconstitucionalidade, por conta de ter sido colocada fora do escopo a criação de duas varas.

Segundo, a questão econômica financeira. No ano passado, o Tribunal de Justiça precisou de suplementação orçamentária para conseguir fechar suas contas, e o governo teve que fazer aporte no Tribunal de Justiça, porque o orçamento que foi aprovado pela Assembleia Legislativa e foi executado pelo Tribunal de Justiça, não foi suficiente para equacionar as contas do Tribunal.

Então, a partir do momento em que nós geramos mais gasto para o Tribunal de Justiça, com certeza nós deveríamos gerar receita para o Tribunal, mais uma vez colocando a flagrança inconstitucionalidade de ter colocado duas novas varas.

A Assembleia Legislativa não tem a prerrogativa, dentro dos projetos, de poder criar mecanismos que gerem despesa a qualquer um dos órgãos. Esse é outro problema.

O terceiro, que também não é menos importante, é a questão de duas varas para um estado que tem 645 municípios. Elas não fariam muita diferença dentro das demandas e feitos judiciais aprovados. Acho que é o mesmo que colocarmos uma pessoa a mais para poder fazer qualquer tipo de ação em um universo de 200 ou 300 mil funcionários. É muito pouco, se comparado à necessidade real do Tribunal de Justiça.

O que tem sido discutido pelo atual presidente do Tribunal de Justiça - e acho que essa discussão é muito salutar, pois pode ajudar e auxiliar o tribunal a ser mais efetivo - é a utilização da tecnologia em substituição aos profissionais que se aposentam e não são novamente incorporados ao quadro do tribunal.

Cito como exemplo a criação do processo eletrônico, em que muitos dos feitos não necessitam mais da confecção de processos em papel. Isso facilita muito, pois para arquivar, manusear, utilizar e conservar o processo em papel, precisa-se de muita gente, precisa-se de uma estrutura tanto pessoal quanto física muito grande. Isso gera custo. Não tem outra alternativa.

Deputado Orlando Bolçone, V. Exa. foi secretário de Planejamento durante muitos anos. O deputado Welson Gasparini foi prefeito de Ribeirão Preto. Vossas Excelências sabem que a demanda desses funcionários para a parte burocrática é muito grande.

Então, é preciso buscar alternativas, como tem feito o tribunal, para diminuir a área ocupada por processos, que é muito grande. Muitas vezes, não temos sequer ideia da quantidade de espaço que o armazenamento de processos requer em cada um dos fóruns e da quantidade de pessoas que são utilizadas na administração desse material. Na hora em que se começa a transferir e migrar esses processos para a plataforma eletrônica, automaticamente gera-se mais espaço, resolvendo um problema dos fóruns, que estão totalmente sobrecarregados. Na medida em que os funcionários do Judiciário que fazem esse manuseio de processos se aposentam, começam a sobrar recursos para que possamos, inclusive, trabalhar não a criação de duas varas, mas a reorganização do sistema judiciário.

Deputado Barros Munhoz, V. Exa. é advogado, formado na Faculdade de Direito São Francisco. Vossa Excelência sabe que o nosso Poder Judiciário tem passado por uma constante transformação. O Poder Judiciário de hoje, se comparado ao da época em que V. Exa. fez universidade, é muito diferente. Mesmo se comparado ao Judiciário da época em que eu tive a oportunidade de fazer faculdade de Direito, em 2003, houve uma mudança drástica.

Recentemente, eu conversava com minha irmã, que faz faculdade de direito aqui em São Paulo. Ela falava de coisas que existem hoje e que não existiam na minha época. Então, a mudança do Poder Judiciário é constante.

Na questão orçamentária do Judiciário, há um processo de migração e de investimento financeiro para conseguir resolver um problema estrutural do Judiciário e, conseqüentemente, possibilitar que os feitos judiciais e os juizes tenham maior celeridade em suas ações. Essa tem sido a grande batalha do Judiciário.

Hoje, quando discutimos a manutenção ou derrubada de um veto que cria duas novas varas, pode parecer, em um primeiro momento, que resolveremos o problema das cidades A ou B, onde serão criadas essas varas. Mas quando discutimos o processo como um todo, percebemos que isso dificilmente vai resolver o problema do Judiciário. A maior preocupação que temos não é simplesmente a aprovação e a derrubada desses vetos por conta das duas Varas. Acho que não são as duas Varas que vão ter problema grande por questão orçamentária, mas o risco que temos da conjuntura de um grande projeto que aprovamos, do sistema judiciário. Ele envolve o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, e ser declarado inconstitucional porque incluímos nesse projeto duas coisas que não estão no escopo desse processo.

Essa é a minha maior preocupação, do governo, e que quero compartilhar com todos os deputados, em relação a esse veto do governador Geraldo Alckmin sobre as duas Varas. Não poderíamos deixar de assomar esta tribuna para falar da posição tomada pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo governador Geraldo Alckmin em relação a esse ponto específico, única e exclusivamente por conta do custo da implementação de duas Varas. A preocupação real é pelo fato de o projeto de Geraldo Alckmin, de grande monta, ser declarado inconstitucional por causa da aprovação dessas duas Varas. Essa é a real preocupação e acho que é esse o debate que devemos aqui estabelecer, de aprovar isso. E resolveremos o problema de Votuporanga, deputado Pignatarí, em relação à Vara. Mas poderemos ter um projeto de grande monta, e que envolve todo o Ministério Público, que envolve todo o Tribunal de Justiça, sendo declarado inconstitucional.

Penso que esse debate é importante e que temos de fazer na Assembleia Legislativa, assim como outros debates são fundamentais. Cito, por exemplo, a Parceria Público-Privada, cujo projeto está na Casa para ser discutido. Aprovamos esse projeto no congresso de comissões na semana passada, com a grande maioria dos líderes concordando com essa discussão, mas que estabelece uma PPP na região da Craçolândia na cidade de São Paulo, em que unidades habitacionais serão construídas. Temos um projeto de financiamento na Casa que atende a região de V. Exa., e um projeto em V. Exa. foi pioneiro quando foi lançado, de duas grandes barragens: uma na região de Mogi Guaçu e outra em Amparo. São 700 milhões de reais nas duas barragens que serão feitas, e que atenderão grande parte do estado de São Paulo em relação à falta de água. É um projeto fundamental que precisamos trazer à discussão e aprovar o projeto diante da importância desses projetos para a população do estado de São Paulo. Nós aprovamos um projeto, e que o deputado Telhada foi um dos grandes precursores, junto com o deputado Camilo, essa semana, que foi a Dejem da Polícia Militar. Já tínhamos aprovado a da Polícia, e agora estendemos essa gratificação para os Bombeiros, para os policiais da Casa Militar e também para os da área de Saúde.

Concedo um aparte ao nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado Cauê, apenas pela oportunidade, não vou tomar muito tempo porque a sessão está se esgotando, mas gostaria de manifestar a minha extraordinária surpresa. Estou aqui estupefato. Eu ouvi o PT falar mal da Globo. Eu me cutuquei: "Será possível? Estou normal, estou acordado?" O PT do Lula, da Dilma, falando mal da Globo! Agora eu ouvi falar mal da "Isto É". Até seis meses atrás, todas as edições da "Isto É" eram laudatórias ao PT, ao Lula e etc. Que coisa impressionante. Estou vendo isso, e agora tudo que eles fizeram é culpa nossa. E todo mundo que os ataca são produtos do inferno. Mas eram fantásticos até seis meses atrás. Como vocês mudam de posição!

Vão firme na luta de vocês porque vocês têm muita coisa a defender, mas não forcem a barra e não distorçam a verdade dos fatos, sobretudo a verdade da história.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para falar contra, tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre deputado Barros Munhoz, é sabido nesta Casa a eloqüência de V. Exa. quando se manifesta nesta tribuna. Digo a V. Exa. que eloqüência não nos assusta. No mérito, no debate de fundo, V. Exa. não tem razão.

Quando debatemos nesta Casa - acho que temos um caminho bastante promissor na condução desse debate -, temos que resgatar a história deste País. Eu adoro história. Quero lembrar um pouco aos deputados a história da era Fernando Henrique Cardoso, o saudoso presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero lembrar ao deputado Barros Munhoz que naquela época tínhamos milhares e milhares de crianças que morriam de fome. Sabe por que, deputado Barros Munhoz? Porque boa parte dos recursos que eram para ser destinados à população deste País era destinada para salvar, por exemplo, bancos falidos - Banco Nacional, Banco Econômico, Crefisul, Banco Mercantil, Bamerindus, Banco Pontual, Banorte. Foram bilhões de reais - não foram milhões, mas bilhões - que foram destinados ao famoso Proer - Programa de Estruturação - para salvar os bancos falidos deste País.

Não dava para fazer Minha Casa Minha Vida, não dava para fazer Bolsa Família, não dava para abrir vagas nas universidades. Sabem quantas universidades o famoso Fernando Henrique Cardoso abriu nos seus oito anos de governo? Nenhuma. Diferentemente do governo do Partido dos Trabalhadores, que abriu 18 universidades, diferentemente do Partido dos Trabalhadores, que tirou mais de 40 milhões de pessoas da fome e da miséria, diferente também no que diz respeito às políticas agrárias. Se hoje o Governo do Estado de São Paulo tem essa política agrária pungente é porque recursos foram destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Quero resgatar a diferença que existia da forma como os recursos públicos eram aplicados contra o povo brasileiro e a favor de uma elite bancária, de uma elite do sistema financeiro, de uma elite que não precisava de dinheiro, e a diferença havida no governo que aplicou e investiu recursos nas políticas sociais para melhorar a vida daqueles que viviam no Nordeste e não tinham água, o mais elementar direito humano. Milhões de cisternas foram feitas no Nordeste pela política do Partido dos Trabalhadores. Sabem quantas cisternas foram feitas no governo Fernando Henrique Cardoso? Nenhuma.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Nobre deputada, o PT precisa entender que não é essa a discussão que o País está fazendo. As 40 milhões de pessoas que saíram da miséria, voltaram para a miséria.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não é verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - As crianças que estavam morrendo de fome, voltaram a morrer de fome.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não é verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Brasil está falido.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Não é verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O Brasil está quebrado, o Brasil está de cócoras perante o mundo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - O Brasil nunca teve tanto dinheiro, tantos recursos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O presidente Lula...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Vossa Excelência mente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Permita-me: o presidente Lula diz, certa feita, e repetiu várias vezes, que não sabia por que os banqueiros estavam contra ele, que ninguém deu mais lucro para essa gente do que ele. Que nunca antes na história deste país banqueiro ganhou tanto quanto agora. O Banco Votorantim...

A SRA. MARCIA LIA - PT - Muito obrigada, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos falar do futuro, vamos falar de amanhã, de depois de amanhã, da desgraça do transporte do rio São Francisco, para que não vire novela, seja uma realidade levar água para o Nordeste.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Muito obrigada, deputado, pela sua contribuição.

Quero continuar meu raciocínio, porque acho que meu raciocínio é muito promissor, resgata a privatização que foi feita neste país. Ele resgata a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo. E aí quero lembrar que na Companhia Vale do Rio Doce, quando da privatização, foram 30 bilhões de reais destinados à privatização, porque diziam que a Companhia Vale do Rio Doce era deficitária. Um ano depois ela começou a dar lucros, começou a ser superavitária. Vejam que coisa interessante!

Queria lembrar para V. Exas. o caso Sivam, por exemplo. Gostaria de lembrar que agora, deputado Barros Munhoz, o Supremo Tribunal Federal reabriu um caso que estava há oito anos arquivado, chamando a responsabilidade da improbidade administrativa do Serra, do Malam e do Parente, três senhores distintos da política brasileira, vinculados ao partido de Vossa Excelência. Já que vamos falar do presente, vamos falar então da reabertura pelo Supremo Tribunal Federal de um caso arquivado há oito anos. Então eu quero lembrar do que estamos falando, porque o que lembramos nos dias de hoje tem consequências, porque lá atrás - e aí o deputado Barros Munhoz vai se lembrar muito bem - não tínhamos as investigações caminhando na sequência que elas caminham hoje. Hoje, deputado Barros Munhoz, as coisas são investigadas. Hoje, criou-se o sistema legislativo em que as coisas são investigadas. O Ministério Público Federal tem autonomia para investigar. O Ministério Público Federal nunca esteve tão bem estruturado. A Polícia Federal também, deputado Barros Munhoz. Hoje tem condições estruturais para fazer as investigações. E na época do nosso querido Fernando Henrique Cardoso, nosso presidente, tínhamos, diferentemente de hoje, o engenvidor-geral da República, porque tudo o que chegava de denúncia, mais ou menos como acontece nesta Casa, nós não conseguíamos - que é uma das competências de deputados estaduais - abrir CPI quando temos uma denúncia de que há um problema. E estamos vivendo, hoje, o problema da merenda, o problema do transporte; tivemos o problema do Metrô, do Alstom, tantos casos, até do trensão!o, da CPTM, e nada disso esta Casa investiga. Naquela época, nós tínhamos todos os recursos que deveriam ser investidos em políticas sociais sendo investidos para salvar banqueiros.

A situação do Brasil hoje é diferente da de alguns anos atrás. O Brasil agora tem reservas cambiais de trilhões de reais. O Brasil hoje é uma potência. O Brasil só não caminha porque há um claro golpe em andamento, porque há uma intenção séria de derrubar a presidenta da República. Porque não há responsabilidade dos 513 que estão no Congresso Nacional de fazer o País caminhar.

Eles estão na política do quanto pior melhor, e nós somos contra isso, porque nós queremos continuar levando esse Brasil para cima, para crescer, fazendo com que as políticas sociais funcionem, fazendo com que o povo pobre da periferia saia das favelas, saia da dificuldade. Não há termos de comparação entre o que foi feito no passado e o que foi feito pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

7 DE ABRIL DE 2016

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e ORLANDO BOLÇONE

Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ORLANDO BOLÇONE

Discorre sobre a importância de políticas de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do País. Informa que fora sancionada, pela presidente Dilma Rousseff, lei que promove o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Acrescenta que a nova legislação deve aproximar universidades e empresas. Comenta o papel dos parques tecnológicos no desenvolvimento econômico do Estado.

3 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Parabeniza as cidades de Araçoiaba da Serra, Jeriquara, Óleo, Ribeirão Corrente e Torrinha pelos seus aniversários.

4 - CORONEL TELHADA

Discorre sobre problemas no País, tanto de origem política e econômica, como também na área social. Crítica desavenças partidárias na política nacional. Comenta casos recentes de ataques com armamento pesado por quadrilhas organizadas. Defende maiores investimentos no armamento da Polícia Militar.

5 - CARLOS GIANNAZI

Denuncia que a remuneração dos agentes de organização escolar é inferior ao salário mínimo estadual. Crítica a concessão de isenção fiscal para empresas do agronegócio pelo Governo do Estado. Adiciona que a medida é contraditória, tendo em vista o decreto que proíbe o reajuste salarial dos servidores estaduais.

6 - CORONEL CAMILO

Elogia o trabalho desenvolvido pela corregedoria da Polícia Militar do estado de São Paulo. Enaltece o grau de eficiência da divisão na proteção de policiais militares. Afirma ser alta a taxa de elucidação de crimes cometidos contra policiais militares.

7 - CARLOS NEDER

Lembra que hoje é comemorado o Dia Mundial da Saúde. Menciona que participou, hoje, de ato de entidades que defendem e constroem o SUS em defesa da democracia. Questiona as razões de o Hospital Sorocabana, na Capital, ter permanecido fechado desde 2010. Comenta que o Governo do Estado assinara termo de cessão de uso que determinou a municipalização do hospital pelo prazo de 20 anos. Defende a cessão ao município de São Paulo, porém, considera exiguo o prazo de uso concedido .

8 - ORLANDO BOLÇONE

Assume a Presidência.

9 - LUIZ TURCO

Parabeniza a cidade de Araçoiaba da Serra e Santo André pelos seus aniversários. Comemora a aprovação, por parte do governo estadual, do credenciamento do Parque Tecnológico de Santo André. Discorre sobre a importância do polo para geração de empregos no Grande ABC. Crítica a Sabesp pela suspensão do bônus pela redução do consumo de água. Contesta afirmação do governador Geraldo Alckmin de que a crise hídrica no estado de São Paulo tenha acabado. Desaprova a política de gestão da Sabesp.

10 - JOOJI HATO

Comenta caso de assassinato de adolescente em frente a escola estadual na zone leste da Capital por garupa de moto. Afirma que falta policiamento na região. Lamenta que o projeto de lei "moto sem garupa", de sua autoria, não tenha sido sancionado pelo Executivo. Adiciona que, a seu ver, muitas vidas poderiam ter sido salvas com o sanção dessa lei.

11 - CARLOS GIANNAZI

Denuncia que 26 trens comprados pelo Metrô encontram-se, atualmente, inutilizados e em estado de deterioração. Acrescenta que essas composições estão sendo desmontadas para utilização de peças em trens operantes. Destaca a necessidade de investigação de possível superfaturamento na compra.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - CARLOS GIANNAZI

Pelo Art. 82, tece críticas à falta de investimentos no transporte público estadual. Defende a criação de CPI para investigar e fiscalizar as operações de compra do Metrô de São Paulo.

13 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Jooji Hato, com quem tenho a honra de trabalhar na Frente Parlamentar de enfrentamento ao crack e outras drogas, referência nessa Casa de vida pública. Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

O tema que me traz a esta tribuna é para o qual V. Exa. chamou a atenção, a questão da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, no estado de São Paulo e, em especial, como uma visão de longo prazo para este momento que o País vive.

Não podemos perder de vista a ciência, a tecnologia e a inovação, haja vista que as grandes discussões que ocorrem hoje são conjunturais. Não podemos perder de vista a inovação em especial, pois os países que quiserem continuar na rota do desenvolvimento vão ter que se pautar na ciência e na tecnologia, que dão base para a inovação, fazem o futuro e fizeram emergir nas últimas décadas países como Japão, Alemanha, Coreia e China.

Nesse aspecto, apesar de estarmos vivendo um momento de tensa discussão política, temos que ter também uma visão de futuro. A visão de futuro passa pelo conhecimento. O conhecimento se faz nas universidades, o conhecimento se faz por meio da educação, pesquisa e tecnologia.

Ontem, recebemos o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), professor José Goldemberg. No mês de janeiro, ocorreu a sanção da Lei de Inovação pela presidente Dilma Rousseff, pela qual ela atualizou a legislação brasileira no sentido de criar facilidades, possibilitando a criação do que chamamos de ambiente de inovação. A criação dos ambientes de inovação passa por um entrosamento econômico entre as nossas universidades, onde se gera o conhecimento, as nossas empresas e o poder público.

A lei sancionada pela presidente Dilma possibilita esse entrosamento. Nesta Assembleia Legislativa, tão logo sejam apreciados os vetos, vamos também atualizar a legislação do estado de São Paulo. Aliás, isso já vinha sendo feito, foi uma das metas da nossa Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação: a criação do Plano de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, que trabalha com um horizonte para o ano de 2025.

Hoje, sob a égide da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, já se tem um sistema delineado, em funcionamento, o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação. Ele é formado por parques tecnológicos e por centros de inovação, nos quais se procura criar ambiente físico e, mais do que isso, ambiente de integração entre os governos federal, estadual e municipal, a universidade e o empresarial.

Nesse sistema, os parques tecnológicos - como é o caso de São José do Rio Preto, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba e Botucatu - se prestam a dar espaço físico, por meio de incubadoras de empresas ou dos próprios distritos onde se instalam as empresas com compromisso de inovação.